

## OS PARADOXOS DA WICCA NO BRASIL

*Janluis Duarte<sup>1</sup>*

Não constitui nenhuma novidade, para os pesquisadores das áreas de ciências humanas e sociais, que a cultura é uma entidade em constante transformação. Isso é verdadeiro tanto para as sociedades mais simples quanto para as mais complexas e o que varia é apenas a velocidade e o alcance dessas mudanças: nas sociedades mais tradicionais, elas tendem a ser mais lentas e a atingirem toda a comunidade, ao passo que nas mais complexas e multifacetadas, as mudanças se dão de forma mais rápida, porém costumam atingir grupos determinados.

Quais são, no entanto, os mecanismos que desencadeiam as transformações culturais? Inúmeros, sendo alguns deles bastante sutis. Um deles – o que nos interessa – é o contato com elementos de uma outra cultura, que acabam por ser assimilados. Só que, nesse processo, aqueles elementos “alienígenas” não resultam incólumes, mas passam por um processo de ressignificação ao serem incorporados à cultura local.

Um exemplo bastante claro desse processo, e de fácil compreensão, é a formação de religiões de matriz africana no Brasil. A Umbanda, por exemplo, é um amálgama de elementos religiosos oriundos da África, do Kardecismo e do Catolicismo, no qual nenhum desses ingredientes ficou intocado, mas sim sofreram um processo de transformação mútua para resultar numa religião multi, ou transcultural.

Seguindo essa linha de raciocínio, não se poderia esperar que, ao se estabelecer no Brasil, a Wicca não passasse por esse mesmo processo de acomodação à cultura local. No entanto, as características próprias da Wicca – em especial a descentralização – e as circunstâncias envolvidas na sua divulgação no Brasil, contribuíram para desenvolver particularidades que, à primeira vista, se afiguram como verdadeiros paradoxos, embora nada mais sejam que resultados de um processo de formação cultural.

Nesse artigo, buscarei apontar alguns desses “paradoxos wiccanos” brasileiros, bem como esclarecer o processo que os desencadeou.

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade de Brasília (UnB) e professor de História Contemporânea e Teoria da História das Faculdades JK – DF.

## 1. A questão da sazonalidade

No seu segundo livro, *O Significado da Bruxaria*, logo nas páginas iniciais, Gerald Gardner esclarece a relação entre o culto das bruxas e momentos específicos do ano, marcados pelas celebrações que ele (seguindo a tradição medieval-renascentista) chama de *sabás*: “os quatro grandes sabás são *Candlemas, May Eve, Lammas* e *Halloween*; os equinócios e solstícios também são celebrados, totalizando Oito Ocasões de Rituais”<sup>2</sup>. Mais a frente, na mesma obra, o autor especifica as datas dos quatro grandes sabás, situando-as, respectivamente, na noite anterior a 2 de fevereiro, 1<sup>a</sup> de maio, 1<sup>o</sup> de agosto e 1<sup>o</sup> de novembro.

O leitor atento observará imediatamente que essas datas encontram-se aproximadamente nos pontos intermediários entre os solstícios e os equinócios, ocasionando uma divisão do ano em oito partes iguais. No entanto, uma questão deveria imediatamente se colocar: as datas dos solstícios e equinócios, como é amplamente conhecido, são invertidas nos dois hemisférios terrestres, ou seja, o solstício de verão no hemisfério sul corresponde ao solstício de inverno no hemisfério norte, e assim por diante.

Isso poderia ser um mero detalhe, se não envolvesse algo central no culto das bruxas, como descrito por todos os autores que sucederam Gardner. Nas palavras de Janet Farrar,

(...) Wicca, como enfatizamos, é uma religião e ofício orientados pela natureza; e visto que para as bruxas a natureza é uma realidade de muitos níveis, seu ‘ano natural’ inclui muitos aspectos (...) cujas marés e ciclos se afetam ou se refletem entre si. Os sabás constituem a maneira de celebrar das feiticeiras e destas se colocarem em sintonia com tais marés e ciclos, pois homens e mulheres são também uma parte da natureza.<sup>3</sup>

Em outras palavras, o que a celebração dos oito sabás marca é a passagem das estações ao longo do ano, os momentos de início e ápice do verão, outono, inverno e primavera que se sucedem em um ciclo interminável, e o que a celebração representa é a conexão entre a natureza e o praticante que celebra, considerada central na religião.

Tendo isso em conta, as datas das celebrações não são simplesmente datas comemorativas escolhidas ao acaso, mas sim reflexos de efemérides naturais. Dessa forma, nada mais coerente que essas datas fossem *invertidas* ao serem celebradas no

---

<sup>2</sup> GARDNER, Gerald. *O Significado da Bruxaria*. São Paulo: Madras, 2004, p. 17.

<sup>3</sup> FARRAR, Janet & Stewart. *Oito Sabás para Bruxas*. São Paulo: Anúbis, 1999, pp. 12-13.

hemisfério sul, em relação às datas que são usadas no hemisfério norte. Afinal, nosso verão aqui corresponde ao inverno de lá; portanto seria incoerente celebrar-se a *aproximação do inverno* (Halloween ou Samhain) em 1º de novembro!

Tal raciocínio, simples e lógico, é, no entanto, uma das maiores e mais prolongadas polêmicas que cercam a prática da Wicca no Brasil. As datas “corretas” para a celebração dos sabás – cujo conjunto constitui a chamada *Roda do Ano* – têm sido desde o início da prática da religião no Brasil fonte de inúmeros atritos entre os partidários da *Roda do Norte* e os da *Roda do Sul*.

Para entendermos os motivos dessa discussão – que se prolonga até hoje – devemos nos reportar à forma como a religião foi implantada e inicialmente divulgada em nosso país, conforme apresentei no meu artigo anterior, *Os Primórdios da Wicca no Brasil*. Vimos que, aqui, a Wicca não foi disseminada a partir de grupos que a praticavam segundo os moldes tradicionais gardnerianos, como aconteceu nos EUA, mas sim por um grupo de pessoas com interesse prévio em outras vertentes do esoterismo ou do ocultismo, que tiveram a atenção despertada pela Wicca por livros sobre o assunto e que passaram a divulgá-la *segundo os conhecimentos obtidos ou intuídos* a partir desses livros.

Pois bem... Esses primeiros livros disponíveis no Brasil haviam sido escritos no hemisfério norte, e destinavam-se a um público residente no hemisfério norte, onde a associação entre as datas dos sabás e os aspectos sazonais da natureza eram flagrantes. Logo, a Wicca começou a ser praticada no Brasil seguindo aqueles moldes e, no momento em que começou a se popularizar, na virada do século XX para o XXI, o padrão da Roda do Norte era adotado pelas lideranças e pelos primeiros autores brasileiros sobre o assunto, como Claudiney Prieto, Mavesper Cy Cerridwen ou Mirella Faur.

É óbvio que houve aqueles que, mesmo nessa época, questionaram a não inversão da Roda, mas então já havia se criado um padrão de autoridade em torno dos primeiros expoentes nacionais da nova religião, que dificilmente poderia ser imediatamente questionado. Ao contrário, o que se seguiu foi a criação e exposição de uma série de contra-argumentos que buscavam apoiar a Roda do Norte.

Analisemos os principais argumentos dos que se obstinam a defender a Roda do Norte:

Em primeiro lugar, a “egrégora”. A idéia de egrégora é um conceito essencialmente ocultista ou mesmo maçônico. Seria uma entidade espiritual, uma

“energia” criada no plano astral a partir dos pensamentos ou das emoções das pessoas que se reúnem com uma certa finalidade. Uma egrégora seria tanto mais forte quanto há mais tempo ela tivesse sido gerada e mantida. Dessa maneira, celebrar os sabás conforme as datas do hemisfério norte possibilitaria aos praticantes brasileiros conectar-se com a “egrégora imemorial” dos bruxos e bruxas originais, e ao mesmo tempo em que os praticantes do hemisfério norte o faziam.

Essa explicação revela simplesmente a origem dos primeiros praticantes brasileiros em outras vertentes do esoterismo ou do ocultismo, e a necessidade de utilizar conceitos prévios na síntese pessoal da Wicca. Embora o conceito de egrégora seja familiar aos próprios wiccanos originais, devido as raízes da religião assentadas em parte sobre a magia cerimonial, este conceito nunca foi utilizado para definir as datas das comemorações, sobrepondo-se ao caráter sazonal. Curiosamente, os defensores da egrégora falam sobre as datas “tradicionais” dos sabás, ao passo que os grupos tradicionais de wiccanos (como os gardnerianos) foram os primeiros a preconizar a inversão.

Outro argumento apoia-se na pouca diferenciação das estações no território brasileiro. Isso é uma falácia óbvia: embora as características sazonais, em especial no que se refere à duração dos dias, seja menos pronunciada do que se observa, por exemplo, na Inglaterra, é óbvio que elas existem. No sul do Brasil, em meados do ano, temos temperaturas próximas ao 0° C... Será esse o momento de comemorar o calor do verão?

No entanto, esse argumento também tem um enraizamento profundo no *background* cultural daqueles que o apresentam: trata-se simplesmente do mito do “País Tropical”, cantado em verso e prosa nos anos 1970 e ostensivamente usado pelos governos autoritários para minimizar as marcantes diferenças regionais no Brasil.

Além disso, argumentam os defensores da Roda do Norte que os paralelos simbólicos entre os sabás da Wicca e de festas cristãs que ocorrem na mesma época tornariam mais fáceis a compreensão dos primeiros. Por exemplo, a temática do Beltane e a das festas juninas, ou do Yule (solstício de inverno) e o do Natal.

No entanto, esses paralelos ocorrem justamente porque a origem de tais comemorações cristãs – fixadas igualmente no hemisfério norte – são igualmente sazonais. Posteriormente, apenas, com a institucionalização da cristandade, tornaram-se datas fixas e desvinculadas de seu significado original. Fixar as datas dos sabás conforme o hemisfério norte, portanto, reflete mais uma característica do ambiente

cultural em que se deu a implantação da Wicca no Brasil: a onipresença do cristianismo, impondo uma história linear, e não cíclica, e assim abrindo mão de datas comemorativas vinculadas aos padrões naturais.

Portanto, fica claro que o embate entre Roda do Norte e Roda do Sul se apresenta como uma das principais características da Wicca no Brasil, pois gera um aparente paradoxo na própria estrutura da religião: dois sistemas opostos de um mesmo calendário litúrgico.

Mal comparando, é como se existissem dois grupos de católicos: um comemorando o Natal em dezembro e outro em julho. Porém, como o Natal católico é a comemoração do dia de nascimento de Jesus<sup>4</sup>, o grupo dissidente poderia apresentar cálculos e argumentos para defender que Jesus teria nascido em julho (ou em qualquer outro mês), não em dezembro. Por outro lado, na Wicca, o Yule é a celebração do solstício de inverno. No hemisfério norte ele é em dezembro e, no hemisfério sul, em julho, e não há argumentação possível que modifique esse fato.

## **2. A iniciação**

A polêmica em torno da iniciação é outra característica distintiva da Wicca no Brasil. Embora não seja uma polêmica própria deste país, sendo antes uma extensão de discussões similares que se dão inclusive em países de língua inglesa, ela adquire aqui dimensões e contornos particulares, como veremos a seguir.

Em primeiro lugar, caberia avaliar qual o sentido original do rito de iniciação na Wicca, uma vez que tais ritos se revestem de inúmeros significados, de acordo com os grupos que os praticam. Vou recorrer a Mircea Eliade para uma definição – ainda que incompleta – de iniciação:

O termo iniciação, no sentido mais geral, denota um corpo de ritos e ensinamentos orais cujo propósito é produzir uma alteração radical no status social e religioso da pessoa a ser iniciada. Em termos filosóficos, a iniciação é equivalente a uma mudança básica na condição existencial; o noviço emerge do seu ordálio provido de um ser totalmente diferente daquele que possuía antes da iniciação; ele se tornou *outro*.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Não vem ao caso, para o nosso tema, tecer considerações como a data do nascimento de Jesus foi fixada, na Idade Média.

<sup>5</sup> ELIADE, Mircea. *Rites and Symbols of Initiation*. Connecticut: Spring Publications, 1994, p. 18.

O próprio Eliade esclarece, adiante, que nas sociedades tradicionais, ritos de passagem marcam os diversos momentos da vida de cada membro – nascimento, puberdade, casamento, morte – mas a iniciação por excelência é a passagem da infância para a idade adulta, no decorrer do qual o jovem membro aprende “não apenas o comportamento, as técnicas e as instituições dos adultos, mas também os mitos sagrados e as tradições da tribo, os nomes dos deuses e as histórias dos seus feitos”<sup>6</sup>.

Como se vê, não se pode falar de iniciação como um rito, simplesmente, mas sim como um período de aprendizagem durante o qual são transmitidos, para o postulante, conhecimentos tradicionais preservados oralmente, de conhecimento exclusivo do grupo. Esse período é coroado por um rito, mas não se resume a ele. Logo, a iniciação compreende duas fases: aprendizado e aceitação em um grupo exclusivo.

Isso é verdade para as sociedades tradicionais bem como era verdade para as sociedades herméticas e, igualmente, para a Wicca. O sentido de ser um wiccano iniciado era ter sido aceito por um grupo de wiccanos e, ao mesmo tempo, ter paulatinamente tomado conhecimento de “segredos” que eram da posse apenas desse grupo.

Obviamente, mesmo os escritos mais antigos sobre Wicca que dispomos, como o *Ye Bok of Ye Art Magical*, ou os primeiros *Book of Shadows* de Gardner, apresentam apenas o rito, mas não revelam segredo algum. Por outro lado, diversos autores contemporâneos afirmam que Gardner preconizava um período de aprendizado anterior à iniciação, embora Fred Lamond diga que, em seus últimos anos de vida, o próprio Gardner realizou várias “iniciações automáticas” na tentativa de angariar mais membros para a sua religião<sup>7</sup>. Ainda assim, a idéia que a iniciação não era apenas um rito a ser cumprido, mas também a preservação de uma tradição oral obtida através de um aprendizado, se manteve ao longo, pelo menos, dos primeiros 20 anos da Wicca.

No entanto, esse quadro mudou drasticamente nos anos 1970-80, quando mesmo ícones da Wicca gardneriana, como Doreen Valiente, passaram a defender a idéia que “não havia mais segredo algum que não houvesse sido publicado” e que aqueles que quisessem se tornar wiccanos poderiam, simplesmente, fazer por conta própria um “ritual de auto-iniciação”. Essa idéia, perfeitamente sintonizada com a filosofia *do it yourself* estadunidense, lançou a Wicca em um novo estágio, transformando-a em uma

---

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Cf. LAMOND, Frederic. *Fifty Years of Wicca*. Long Barn: Green Magic, 2004.

religião de massas, ao invés de uma religião de mistérios, acessível apenas a um grupo seleto de “escolhidos”.

Dessa forma chegamos ao Brasil. Como já foi dito, todos os primeiros divulgadores da Wicca no país eram, sem exceção, autodidatas. A maioria dos que eu contatei no decorrer da minha pesquisa afirmaram ter feito, em algum momento, um ritual de auto-iniciação. Portanto, era de se esperar que, desde o início, a ideia da auto-iniciação fosse amplamente defendida aqui. No entanto, não foi isso que aconteceu.

Logo nos primeiros anos de prática da religião no Brasil, despontaram diversas lideranças nas principais capitais do país. Uma parte desses líderes, provavelmente ciosos de sua posição, alegava ter sido tradicionalmente iniciado, em algum momento incerto, por “alguém”. Dessa forma, inúmeras pessoas acabaram sendo “iniciadas tradicionalmente” por sacerdotes que, na verdade, eram auto-iniciados, ou “reconhecidas” em tradições wiccanas por pessoas que não pertenciam a essas tradições.

Não pretendo, com a afirmação acima, desmerecer o importante trabalho de divulgação realizado por essas primeiras lideranças. Todavia, os efeitos dessa verdadeira corrente de iniciações que não remetiam a nenhuma linhagem ou tradição wiccana, nos primeiros anos de prática, foram dois: uma supervalorização da iniciação tradicional, realizada dentro de um *coven*, em detrimento da auto-iniciação, e a aceleração do processo de surgimento das primeiras tradições wiccanas brasileiras.

Nas listas de discussão sobre Wicca, nos primeiros anos do século XXI, as questões envolvendo a auto-iniciação eram formuladas quase exclusivamente por “novatos”, enquanto os “mais experientes” defendiam veementemente a iniciação tradicional, partindo de dois argumentos principais: não faz sentido se “auto-aceitar” em um grupo do qual apenas você faz parte e, além disso, qual reconhecimento pode esperar uma pessoa que se auto-proclama sacerdote de uma religião?

Pode-se dizer que esses argumentos são perfeitamente válidos. A estranheza, no entanto, fica por conta deles serem, no mais das vezes, utilizados por pessoas que faziam parte de *covens* criados por auto-iniciados (embora às vezes não soubessem disso) ou pelos próprios auto-iniciados (que não o admitiam).

Como se poderia esperar, essa valorização da iniciação tradicional, aliada à virtual inexistência de iniciados tradicionais no Brasil, acarretou em pouco tempo a criação de “Tradições” brasileiras, vagamente baseadas nos moldes das tradições estadunidenses pós década de 1980. Como também era previsível, essa tentativa de validar iniciações através da criação de uma “linhagem” nova acabou por gerar

distorções, como o surgimento de *elders* (termo que significa “ancião”) com pouco mais de 20 anos de idade.

Seria por demais complexo para a finalidade deste artigo abordar aqui o componente relativo ao “poder simbólico”<sup>8</sup>, envolvido nessa valorização da iniciação tradicional no Brasil. Basta dizer que este poder só é possível se aqueles que a ele se submetem – ou que o exercem – não possuem ou não querem possuir consciência de estarem a ele sujeitos.

Ainda assim, é interessante notar que a ideia da auto-iniciação, que foi um dos principais atrativos para que inúmeras pessoas se aproximassem da Wicca, tem um apelo muito forte em nosso país. Esse apelo está vinculado à própria cultura, em seu aspecto que alguns autores chamam de “religiosidade popular” brasileira. Afinal, o conceito de auto-iniciado se aproxima muito do conceito de “não-praticante”, tão em voga no Brasil: pessoas que se declaram, por exemplo, católicas, mas que nunca frequentam uma missa ou ao menos receberam os sacramentos básicos da religião católica.

Todavia, devido a organização centralizada e rígida da Igreja Católica, bem como ao apoio institucional a essa organização, seria improvável que um “não-praticante”, que não tivesse recebido os sacramentos necessários, se declarasse padre, criasse sua própria igreja (chamando-a de Católica) e passasse a ministrar os sacramentos que não recebeu, apoderando-se assim do poder simbólico do catolicismo e podendo exercê-lo. No entanto, já observamos fenômeno semelhante no surgimento de, por exemplo, inúmeras vertentes neopentecostais no Brasil.

### **3. A divindade**

A forma como os wiccanos brasileiros enxergam e cultuam suas divindades é outro ponto que chama atenção em minha pesquisa, se não como paradoxal, pelo menos como característico da religião no Brasil, e certamente é o ponto que está mais profundamente vinculado a aspectos próprios da cultura brasileira e da religiosidade popular.

Voltarei, por uma questão de clareza, mais uma vez à síntese inicial de Gardner. Em suas obras, embora sejam abundantes as referências a diversas mitologias antigas,

---

<sup>8</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.



lendas e nomes de inúmeras divindades pagãs, *em momento algum* Gardner afirma que essas divindades eram as divindades da Wicca. Ao contrário: o que ele afirma é que o deus e a deusa da Wicca são *específicos* e possuem nomes que *não lhe é permitido revelar*. Nada mais claro, portanto: ele estabelece um duoteísmo wiccano, não um politeísmo (ou ecletismo, como preferem alguns especialistas), baseado em duas divindades cujo conhecimento dos nomes é parte de um segredo iniciático.

Apenas mais tarde, com a popularização da Wicca nos EUA, populariza-se também entre os wiccanos daquele país a frase da ocultista (não wiccana) Dion Fortune: “todos os deuses são o Deus e todas as deusas são a Deusa”. Essa frase, em conjunto com o texto conhecido como “A Carga da Deusa”, o qual principia com a exortação “ouçam as palavras da Grande Mãe, que, em tempos idos, era chamada de Ártemis, Astartéia, Dione, Melusina, Afrodite, Ceridwen, Diana, Arionrhod, Brígida e por muitos outros nomes”, contribuíram para formar a ideia segundo a qual *qualquer divindade pagã* poderia ser uma divindade da Wicca.

A Carga, no entanto, não é um “texto sagrado”. É antes uma peça poética, atribuída a Gardner, mas claramente inspirada em textos anteriores, especialmente em trechos de *Aradia, o Evangelho das Feiticeiras*, de Charles Leland, e de obras de Aleister Crowley. Doreen Valiente, posteriormente, introduziu algumas mudanças no texto original, em especial retirando as alusões diretas à Thelema de Crowley.

No entanto, a Wicca, como se instaurou e foi divulgada no Brasil, já era, em essência, a versão popular norte-americana, que propunha um panteão totalmente eclético de divindades. Além disso, devido à penetração da Wicca nos círculos feministas estadunidenses, propunha igualmente certa preponderância, ou predominância, da figura da Deusa sobre a do Deus.

Tanto o ecletismo quanto o feminismo cobraram os seus tributos na forma como a Wicca se estabeleceu no Brasil. O ecletismo veio ao encontro de duas conhecidas características da religiosidade brasileira: o sincretismo e o imediatismo. O feminismo originou uma compreensão imperfeita, ou pelo menos desviante, da dualidade presente na ritualística wiccana.

Vale dizer que o ecletismo não é um fenômeno wiccano, mesmo nos EUA. É antes uma característica da religiosidade da *Nova Era*, na qual a Wicca acabou por se encaixar. Na esteira desse fenômeno, as incontáveis divindades de múltiplas culturas deixam de ser valoradas segundo o contexto onde foram gestadas e passam a ser valoradas de forma simplificada, segundo padrões “arquetípicos”. Exemplificando:

Atena foi esvaziada dos vários significados simbólicos que possuía, quando e onde era cultuada, para se tornar, simplesmente, uma “deusa da sabedoria”. Dentro do contexto da Nova Era, portanto, representar a sabedoria por Atena ou por qualquer outra deusa de qualquer outra cultura que fosse igualmente uma “representação da sabedoria”, é antes uma questão de preferência pessoal.

Essa forma de encarar a divindade – ou os “seres sobrenaturais”, de uma forma geral – já era característica da religiosidade brasileira bem antes da Nova Era. Aliás, o extenso panteão de santos e santas do catolicismo já era cultuado pelos seus “atributos” desde os tempos da colônia. Aliou-se a isso uma multiplicidade de divindades africanas, de diferentes povos e religiões, que foram artificialmente integradas entre si pelos seus atributos, como uma forma de resistência à escravidão. Surgiram aqui religiões essencialmente sincréticas, como a Umbanda. Logo, poucos ambientes seriam mais propícios à agregação de mais umas tantas divindades do que os meios do mercado religioso brasileiro da Nova Era do início dos anos 1990.

Porém, vamos olhar o outro lado da moeda. Uma vez que os “seres sobrenaturais” são entendidos segundo seus atributos, nada mais normal do que valer-se desses atributos para a obtenção de algum resultado prático. Um ritual para uma “deusa do amor” se queremos arrumar um namorado ou namorada, ou para um “deus da prosperidade”, se queremos arrumar um emprego melhor...

Se esse tipo de prática – que eu chamo de *imediatismo* – era a tônica da Nova Era e da Wicca estadunidense nos anos 1980, ela já era a tônica *da própria religiosidade brasileira* há vários séculos. A luva, portanto, encaixou-se perfeitamente na mão: um novo ecletismo a um ancestral sincretismo. Um imediatismo mercadológico a um imediatismo tradicionalmente arraigado.

No que diz respeito ao feminismo, vale lembrar que a Wicca já chegou ao Brasil conhecida como uma “religião da Deusa”. Acrescentemos a isso o fato que inúmeros wiccanos brasileiros aproximaram-se da religião após a leitura do *best-seller* de Marion Zimmer Bradley, *As Brumas de Avalon*, que apresentava – usando inúmeras referências neopagãs – uma suposta religião pré-cristã matrifocal da Inglaterra, em conflito com o cristianismo patriarcal invasor. A associação foi quase inevitável.

A consequência, tanto imediata quanto a médio prazo, foi uma desvalorização do Deus da Wicca em relação à Deusa, não na perspectiva feminista assumida nos EUA, mas sim a partir de uma incompreensão da dualidade divina, primordial na concepção tradicional da religião, ou ainda por uma incompreensão do próprio papel do Deus na

religião, como fica claro ao consultarmos diversos *sites* brasileiros sobre Wicca. Como seria de se esperar, o predomínio do feminino ainda é reforçado por um culto mariano bastante arraigado na religiosidade popular, tendo surgido, no decorrer da minha pesquisa, praticantes que chegaram a comparar a Deusa wiccana à Maria.

Essa visão tipicamente brasileira da divindade wiccana acaba retroalimentando a pouca importância atribuída à sazonalidade dos sabás. Explica-se: os sabás são, por excelência, festivais solares; refletem basicamente a trajetória *do Deus* e seriam, teoricamente, a ele dedicados. A prática wiccana brasileira, no entanto, tornou comum atribuir *uma deusa* – sempre segundo seus supostos atributos – a toda e qualquer celebração. Ora, se o que é celebrado são os atributos de uma deusa, paralelos à simbologia daquele sabá, a importância do momento o ano em que ele é celebrado fica imensamente reduzida.

Tomemos como exemplo o sabá Imbolc, tipicamente associado à renovação, ao despertar da primavera. Fazemos essa celebração tendo como foco, digamos, Perséfone, uma divindade com “atributos primaveris”. Dessa maneira, podemos celebrar o dito sabá tanto a 2 de fevereiro como a 2 de agosto (ou qualquer outra data), uma vez que o que está sendo celebrado são os atributos de uma deusa, e não um momento bastante específico do ano.

Constituindo verdadeiros paradoxos ou meras características, os pontos que destaquei – e vários outros poderiam ser destacados – refletem, sempre, a forma como a Wicca foi implantada e divulgada no Brasil, bem como o ambiente cultural no qual esse processo se desenrolou e continua a se processar. Vale dizer que a existência de diferenças não necessariamente desmerece a prática da religião em nosso país, ou aqueles que a praticam. Antes, os tornam um fenômeno cultural peculiar, cujo estudo esclarece uma série de aspectos importantes sobre a forma como as religiões se estabelecem no Brasil. Além disso, as características peculiares da Wicca brasileira, resultado temporário de um processo de aproximadamente 20 anos, acabam por apresentar coerências culturais que merecem ser observadas. Este será, no entanto, o assunto de um próximo artigo.